CADERNOS
GESTÃO PÚBLICA
E CIDADANIA

CHAMADA DE TRABALHOS

ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DIAGNÓSTICOS E DESAFIOS

Editores convidados:

Ana Rita Silva Sacramento (UFBA, Brasil)

Fabiano Maury Raupp (UDESC, Brasil)

Cláudia Ferreira da Cruz (UFRJ, Brasil))

Ricardo Rocha de Azevedo (USP, Brasil)

As submissões serão aceitas até 31 de janeiro de 2025

A manutenção da saúde financeira do ente governamental, considerada crucial para que se assegure o bem-estar da população (Lima & Diniz, 2016), é dependente dos efeitos das funções alocativa, distributiva e estabilizadora do orçamento público, as quais devem ser avaliadas conjuntamente por parte do governante que as manipula (Giambiagi & Além, 2016; Matias-Pereira, 2017). Vale salientar que as alterações normativas introduzidas nos últimos 10 anos no processo orçamentário federal, mais especificamente no que tange à alocação de recursos e obrigatoriedade de execução de determinadas emendas (Emendas Constitucionais n. 86/2015, n. 100/2019, n. 105/2019 e n. 126/2022), trouxeram implicações significativas na relação entre os poderes Executivo e Legislativo. Ademais, o tema ajuste fiscal ainda tem sido considerado pauta controversa no Brasil, uma vez que pode resultar no esvaziamento de políticas públicas voltadas à distribuição de renda e riqueza, que muito são necessárias para o combate das sistêmicas desigualdades social e regional que ainda caracterizam o País (Sacramento & Raupp, 2023).

FGV EAESP

A despeito da relevância do controle fiscal como tema para pesquisas, a literatura ainda é dispersa no País, e não há consenso, por exemplo, de *proxies* para se representarem situações de insolvência (*insolvency*), endividamento excessivo (*over-indebtedness*) ou de dificuldade financeira (*financial distress*) dos entes no setor público. A literatura do setor privado já vem utilizando modelos preditivos para empresas, como Altman Z-Score, Springate S-Score, Zmijewski Score, Grover Method, Ohlson, entre outros (Barboza et al., 2017; Bittencourt & Albuquerque, 2020; Dalvadi & Pandit, 2018), enquanto no setor público a literatura de referência ainda não chegou a um consenso. Apesar de o País não possuir no setor público regras sobre insolvência de governos, mecanismos de acompanhamento como a ferramenta de análise automática da capacidade de pagamento (Capag) da STN vêm operando e definindo normativamente o que seria uma condição de dificuldade financeira, com atribuição de *ratings* de crédito. Da mesma forma, Tribunais de Contas vêm atuando com a criação de regras, a fim de se analisar a situação financeira dos entes para a atribuição de punições, como a emissão de pareceres em que se recomende a reprovação de contas dos governantes.

Ainda se tem questionado o papel efetivo do orçamento público como mecanismo de gestão orçamentária (Rezende, 2015; Rubin, 2014), dado o esvaziamento de temáticas que antes necessitavam de ampla negociação e barganha durante a respectiva elaboração. O esvaziamento ocorre, por exemplo, com a ampliação cada vez maior de despesas vinculadas e obrigatórias no País, e que remetem a barganha por recursos para fora do ciclo orçamentário, pois isso se desenrola na tramitação dos projetos de lei específicos que as criaram. Ainda, cada vez mais têm sido aprovados mecanismos de benefícios fiscais como renúncias fiscais e outros tipos, cuja maior parte não tramita por dentro do orçamento público. Esses e outros mecanismos *off-budgeting* legalmente instituídos têm diminuído a relevância do processo orçamentário, que precisa ser rediscutido, sobretudo porque o orçamento é a principal fonte de transparência dos governos e a que recebe a maior atenção do escrutínio público e controles governamentais.

Processos de transformação digital têm remodelado significativamente as estruturas e processos governamentais, impulsionados principalmente por avanços na infraestrutura digital. Uma visão positiva da literatura tem sido assumida, na qual a transformação digital promete otimizar a gestão das finanças públicas, aumentando a transparência, eficiência e *accountability* (Agostino et al., 2022), melhorando o desempenho (Cuadrado-Ballesteros et al., 2021), contribuindo com serviços públicos de melhor qualidade aos cidadãos e com benefícios aos processos de auditoria digital (Otia & Bracci, 2022). Porém, uma visão mais crítica pode questionar a baixa reflexividade com que a ampliação intensiva de tecnologias tem ocorrido, gerando externalidades negativas para as organizações (Trittin-Ulbrich et al., 2020) e para a auditoria do setor público (Aquino et al., 2022). Apesar dos avanços, os processos de gestão das finanças públicas parecem ainda ter sido pouco beneficiados e ainda existe amplo espaço para melhorias e desafios a serem superados (Caperchione et al., 2019; Haug et al., 2023), principalmente para governos locais (Mello & Ter-Minassian, 2020).

Em vista das discussões apresentadas, os editores desta chamada especial convidam para a submissão de trabalhos que, por satisfazerem o rigor científico, apresentem diagnósticos e desafios resultantes de análises sobre orçamento e finanças públicas no Brasil contemporâneo. São bem-vindas pesquisas com diferentes epistemologias, metodologias e lentes teóricas. Entretanto, quanto ao uso desses elementos, são incentivadas pesquisas que apresentem inovação para a área. Estimula-se também a produção de estudos que contemplem a redução das desigualdades sociais e regionais do País no seu objeto. Assume-se que estudos dessa natureza podem, entre outras questões, ajudar na identificação das políticas públicas que são verdadeiros focos das ações governamentais, além de revelar possíveis *gaps* entre o discurso e a prática dos agentes políticos eleitos e ainda oferecer interessantes contribuições teóricas e práticas para a área da administração pública como um todo.

A título de sugestão, uma lista não exaustiva de tópicos é apresentada a seguir:

a) Elaboração e apresentação de *proxies* que permitam representar situações de insolvência (*insolvency*), endividamento excessivo (*over-indebtedness*) ou de dificuldades financeiras (*financial distress*) dos entes ou entidades no setor público, investigando fatores explicativos ou seus determinantes.
b) Modelos preditivos de dificuldades financeiras (*financial distress*) ou de condição de insolvência dos entes públicos ou de setores específicos da administração indireta.
c) Pesquisas que analisem as consequências da apropriação pelo Poder Legislativo de parcelas do orçamento público para proposição de emendas obrigatórias, e como isso pode afetar a devida relação com o Poder Executivo, ou afetar a efetividade ou qualidade das políticas públicas.
d) Efeitos e impactos das transações *off-budgeting*, que podem ser analisados sob várias perspectivas, como as de transparência, controle fiscal, eficiência ou efetividade dos gastos, ou sob uma perspectiva do ciclo orçamentário.
e) Estudos que explorem perfis e trajetórias de alocação de recursos públicos que culminem com situações de êxito na provisão de serviços públicos de qualidade ou ainda cenários de incapacidade de execução de políticas públicas essenciais à população.
f) Pesquisas com impactos trazidos pela ampliação da infraestrutura digital no setor público na gestão das finanças públicas, inclusive efeitos não esperados.

INSTRUÇÃO PARA SUBMISSÃO:

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. A fim de serem elegíveis para revisão, os trabalhos devem ter entre 5 mil e 8 mil palavras, formatação de acordo com a *American Psychological Association* (APA) e elementos gráficos conforme as Diretrizes da revista

CGPC. Os trabalhos devem ser escritos em português, inglês ou espanhol. Informações completas em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/about/submissions.
Trabalhos considerados adequados à chamada serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvidas sobre o formato, entre em contato com: cadernosgpc-redacao@fgv.br. Em caso de dúvidas sobre a chamada de trabalhos, encaminhar *e-mail* para qualquer dos editores: Ana Rita Silva Sacramento (anasacramento@ufba.br); Fabiano Maury Raupp (fabianoraupp@hotmail.com); Cláudia Ferreira da Cruz (claudiacruz@facc.ufrj.br); e Ricardo Rocha de Azevedo (ricardo.azevedo@usp.br).

SOBRE OS CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA:

A revista *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* (*CGPC*) é publicada exclusivamente *on-line*, em acesso aberto, e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, avaliação duplo-cega e publicação do periódico. Os *CGPC* não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

REFERÊNCIAS

Agostino, D., Saliterer, I., & Steccolini, I. (2022). Digitalization, accounting and accountability: A literature review and reflections on future research in public services. *Financial Accountability & Management*, *28*, 152-176. https://doi.org/10.1111/faam.12301

Aquino, A. C. B. de, Lino, A. F., Azevedo, R. R. de, & Silva, P. B. da. (2022). Digital affordances and remote public audit practice. *Financial Accountability & Management*, *38*, 447-467. https://doi.org/10.1111/faam.12337

Barboza, F., Kimura, H., & Altman, E. (2017). Machine learning models and bankruptcy prediction. *Expert Systems with Applications*, *83*, 405-417. https://doi.org/10.1016/j.eswa.2017.04.006

Bittencourt, W. R., & Albuquerque, P. H. M. (2020). Avaliação de falências de empresas por meio de florestas causais. *Revista Contabilidade e Finanças*, *31*(84), 542-559. https://doi.org/10.1590/1808-057x202010360

Caperchione, E., Cohen, S., Manes-Rossi, F., & Brusca, I. (2019). Editorial: Innovations in public sector financial and management accounting – For better or worse? *Public Money & Management*, *39*(6), 385-388. https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1583906

Cuadrado-Ballesteros, B., Santis, S., & Bisogno, M. (2021). Public-sector financial management and e-government: The role played by accounting systems. *International Journal of Public Administration*, *45*(8), 605-619. https://doi.org/10.1080/01900692.2020.1868506

Dalvadi, Y. M., & Pandit, J. B. (2018). An analysis of financial distress of selected public sector enterprises of India using Springate Score Model. *Journal of Commerce & Trade*, *13*(1), 107-112. https://doi.org/10.26703/JCT.v13i1-15

Giambiagi, F., & Além, A. C. (2016). *Finanças públicas: Teoria e prática no Brasil*. Elsevier, Campus.

Haug, N., Dan, S., & Mergel, I. (2023). Digitally-induced change in the public sector: A systematic review and research agenda. *Public Management Review*, 26(1)1-25. https://doi.org/10.1080/14719037.2023.2234917

Lima, S. C. de, & Diniz, J. A. (2016). *Contabilidade pública: Análise financeira governamental.* Atlas.

Matias-Pereira, J. (2017). *Finanças públicas*. Atlas.

Mello, L. de, & Ter-Minassian, T. (2020). Digitalisation challenges and opportunities for subnational governments. *OECD Working Papers on Fiscal Federalism*, *31,* 1-22. https://doi.org/10.1787/9582594a-en

Otia, J. E., & Bracci, E. (2022). Digital transformation and the public sector auditing: The SAI's perspective. *Financial Accountability and Management*, *38*(2), 252-280. https://doi.org/10.1111/faam.12317

Rezende, F. (2015). *A montanha mágica: Uma breve história da formação e deformação de nosso orçamento.* FGV Projetos.

Rubin, I. S. (2014). Past and future budget classics: A research agenda. *Public Administration Review*, *75*(1), 25-35. https://doi.org/10.1111/puar.12289

Sacramento, A. R. S., & Raupp, F. M. (2023). O uso dos instrumentos fiscais pelo governo federal no pós-LRF (2001–2022). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 28*, e 89238. DOI: 10.12660/cgpc.v28.89238

Trittin-Ulbrich, H., Scherer, A. G., Munro, I., & Whelan, G. (2020). Exploring the dark and unexpected sides of digitalization: Toward a critical agenda. *Organization*, *28*(1), 8-25. https://doi.org/10.1177/1350508420968184